



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 2017**  
**(Do Sr. Rubens Bueno)**

*Requer ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA informações referentes à fiscalização sanitária de alimentos e de Processo Administrativo Disciplinar objeto de denúncia efetuada em 2012, na forma em que especifica.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que seja encaminhado por meio da Mesa Diretora desta Casa ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pedido de Informações para prestar esclarecimentos referentes à fiscalização sanitária de alimentos e de Processo Administrativo Disciplinar objeto de denúncia efetuada em 2012, no âmbito das investigações efetuadas pela Polícia Federal, na Operação Carne Fraca, de esquema de liberação de licenças e fiscalização irregular de alimentos, notadamente de carnes, nos termos abaixo:

- a) Cópia de relatório da fiscalização sanitária em todo o País (especialmente carne e leite) contendo número de produtos apreendidos por unidade da federação e principais desvios encontrados, punições aplicáveis e contra quem, dos últimos 2 anos.
- b) Estimativa do número de fiscais federais agropecuários necessários para cobrir a demanda por unidade da federação e quantidade de fiscais em exercício atualmente, por unidade da federação.
- c) Valores despendidos nas atividades de fiscalização agropecuária a cargo do MAPA, por unidade da federação.
- d) Se há diferenças nas normas para atender ao mercado externo (exportações) e interno. Em caso positivo, apontar quais.
- e) Andamento, cópia, em inteiro teor, do conteúdo e das conclusões do Processo Administrativo Disciplinar objeto da apuração dos autos n.º 70100.007924/2012-36 (Despacho CGPAD/SE N.º 253/2012), mencionado na resposta ao Requerimento de Informações n.º 2.495/2012, de nossa autoria.



## JUSTIFICATIVA

Tornou-se público, por meio de notícias veiculadas pela imprensa falada e escrita na manhã da última sexta-feira dia 17/03, matérias sobre a operação deflagrada pela Polícia Federal que investiga fraudes em carnes produzidas por 21 frigoríficos, vendidas no Brasil e no exterior.

A Operação Carne Fraca envolve grandes empresas do setor, como a BRF, que controla a Sadia e a Perdigão, e a JBS, responsável pelas marcas Friboi e Seara. Os grupos, de outra parte, garantem a qualidade de seus produtos.

Das ordens judiciais, 27 mandados de prisão preventiva, 11 de prisão temporária, 77 de condução coercitiva e 194 de busca e apreensão em residências, locais de trabalho dos investigados e em empresas supostamente ligadas ao grupo criminoso foram expedidas pela 14ª Vara da Justiça Federal de Curitiba e cumpridas em São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás.

Em dois anos de investigação, detectou-se que funcionários de superintendências regionais dos estados de Paraná, Minas Gerais e Goiás recebiam propina para facilitar a produção de alimentos adulterados, emitindo certificados sanitários sem qualquer fiscalização efetiva.

Agentes do governo teriam recebido propina para liberar licenças sem realizar a adequada fiscalização nos frigoríficos. A investigação indica, ainda, que eram utilizadas substâncias químicas para maquiagem de carne vencida, e que água era injetada nos produtos para aumentar o peso.

Segundo as investigações, o esquema no Paraná era comandado pelo ex-superintendente regional do Mapa, Daniel Gonçalves Filho, e pela chefe do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), Maria do Rocio Nascimento, que trabalhavam em Curitiba. Na casa do então superintendente regional do Mapa, Gil Bueno, a Polícia Federal apreendeu R\$ 65 mil.

Cumprido lembrar que em setembro de 2012 apresentamos à Mesa da Câmara dos Deputados requerimento de Informação (Requerimento de Informação n.º 2.495/2012) solicitando ao então Ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Mendes Ribeiro Filho, informações sobre denúncia da situação calamitosa por que passavam os servidores que atuavam na Superintendência de Agricultura do Paraná através de desmandos e perseguições praticados pelo então Superintendente Daniel Gonçalves Filho. As denúncias foram-nos entregues pela Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários.

Cabe destacar que os fiscais federais agropecuários desempenham papel fundamental para o setor agropecuário brasileiro. Isso porque são agentes públicos que atuam em todos os elos da cadeia produtiva, exercendo a fiscalização na importação, exportação e comercialização de produtos agropecuários, buscando garantir a segurança alimentar aos brasileiros, bem como a competitividade dos produtos agrícolas no mercado internacional, por



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

meio da prevenção e do controle de pragas e doenças que poderiam ser objeto de estabelecimento de barreiras fitossanitárias pelos países importadores.

Na época, a Coordenadora–Geral para Procedimentos Disciplinares, Natália Ciscotto Ferreira, informou que as denúncias apresentadas pelo Requerimento de Informação e pelo próprio Sindicato Nacional dos Fiscais Agropecuários – ANFFA (entre as quais a “não instauração de processos administrativos em desfavor da empresa BRF Brasil Foods, mesmo após a lavratura de 03 autos de infração”), coincidem com outras denúncias, de conhecimento anterior, veiculadas por *e-mail* institucional, indicando as mesmas irregularidades. A coordenadora constatou que as denúncias mereciam ser acolhidas pela administração, e sugeriu a instauração de Processo Administrativo Disciplinar- PAD para apurar as irregularidades e impor as sanções administrativas cabíveis.

Pelas razões acima expostas, e em face da clara relevância nacional do assunto, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos constitucionais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para compreender a real natureza dos obstáculos enfrentados pelo Ministério, e exigirmos sejam adotadas providências imediatas e necessárias para sanar as denúncias apresentadas.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2017.

**Deputado Rubens Bueno**  
**PPS/PR**